

# ATITUDE E CONTÁGIO: alternativas para instituições mais sustentáveis



**Geiza Rocha**

Subdiretora-geral do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro

Pós-graduada em Comunicação com o Mercado pela ESPM

Graduada em Jornalismo pela PUC-Rio

**PALAVRAS-CHAVE:** Produto Interno Bruto; Compras Públicas e Critérios mais sustentáveis.

**KEYWORDS:** Gross Domestic Product; Public Procurement; Criteria more sustainable.

**RESUMO:** O direcionamento do poder de compra do Estado no Brasil é o impulso necessário para uma produção mais sustentável na medida em que movimenta parte importante do Produto Interno Bruto (16%) e gera escala. O Estado é um dos maiores, se não o maior, dos contratantes permanentes de produtos, serviços e obras. Estima-se em R\$ 320 bilhões o valor total dos contratos celebrados por órgãos e entidades estatais e paraestatais na economia do país. Já há uma série de mecanismos que permitem a adoção de critérios mais sustentáveis nas compras públicas. Mas a adoção desses parâmetros requer a construção de novos modelos de compras e uma nova atitude perante o cotidiano. No texto, destacamos o contexto e experiências de adoção de critérios para compras públicas mais sustentáveis.

**ABSTRACT:** The direction of the State's purchasing power in Brazil is the impetus for a more sustainable production by moving a significant part of Gross Domestic Product (16%) and generate scale. The state is one of the largest, if not the largest, permanent contractor of products, services and works. It is estimated at R\$ 320 billion the total value of contracts awarded by agencies and state and parastatal entities in the country's economy. Already there is a number of mechanisms that enable the adoption of more sustainable criteria in public procurement. But the adoption of these parameters requires the construction of new models of shopping and a new attitude to everyday life. In the text, we highlight the context and experiences of adopting criteria for more sustainable procurement.

## O INÍCIO DE TUDO

Vontade política e ação técnica. Esta é a combinação perfeita para que as políticas públicas saiam do papel. Ser estratégico é pensar em como trilhar esse caminho, e em como olhar o horizonte e a cada passo ir removendo as pedras que aparecem. E por que o Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro decidiu, em fevereiro de 2013, focar no poder de compra do estado como matriz para a reflexão?

Em junho de 2012, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) lançou a publicação *Visão Brasil 2050*, inspirado pelo projeto *Vision 2050 – the new agenda for business, do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*.<sup>1</sup> O documento propõe uma nova agenda para as empresas alcançarem a sustentabilidade. Os desafios estão divididos em nove temas básicos: Valores e Comportamento; Desenvolvi-

mento Humano; Economia; Biodiversidade e Florestas; Agricultura e Pecuária; Energia e Eletricidade; Edificações e Ambiente Construído; Mobilidade; Materiais e Resíduos.

O *Vision 2050* partiu da visão de grandes empresas multinacionais, com atuação mundial, de que se elas continuassem fazendo o "*business as usual*", explorando os recursos disponíveis no planeta na velocidade do crescimento populacional, em 2050, com nove bilhões de habitantes na Terra, não haveria possibilidade de sobrevivência. Foi um chamamento a uma realidade que para as empresas parece mais natural, que é a de pensar o futuro, e para a necessária mudança de rota, tendo em vista todas as transformações pelas quais passa o planeta. Esse trabalho se desdobrou no *Visão Brasil 2050*, trabalho divulgado durante a Rio+20.<sup>2</sup> No Fórum Permanente, o documento foi apresentado pelo Cebds em uma reunião conjunta, com 55 representantes das 36 entidades que o integram e que participam de nossas oito câ-

1 Segundo o Cebds, a diferença é que o documento brasileiro usa o cenário atual como ponto de partida para aprofundar a visão de curto, médio e longo prazos, facilitando a identificação das metas que precisam ser adotadas no planejamento estratégico das empresas e do país.

2 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 2012.





maras setoriais. A conclusão a que chegamos foi a de que num espaço em que promovemos o encontro entre a Academia, entidades da sociedade civil organizada e o Governo, o Fórum poderia atuar aprofundando a discussão em torno do uso do poder de compra do Estado na promoção da sustentabilidade. E isso seria feito a partir da análise das normas existentes, da apresentação por parte das empresas de seus desafios, e da busca pelo alinhamento do desenvolvimento sustentável a uma práxis.

Na sequência, fomos pesquisar os fóruns já existentes sobre compras governamentais que estivessem debruçados sobre esse desafio da sustentabilidade, e envolvemos dezenas de instituições na elaboração de um primeiro seminário, que promovesse a troca de ideias entre esses atores. O evento "Compras Públicas Sustentáveis no Rio de Janeiro: Fazendo acontecer" foi realizado em 2013, com o apoio de entidades empresariais, universidades, instituições públicas estaduais e federais. Em uma manhã, apresentamos o conceito de compras públicas sustentáveis, a importância da análise do ciclo de vida dos produtos, mecanismos que estimulam as construções sustentáveis, e os mecanismos legais para compras sustentáveis. Um material impresso com referências de manuais e publicações sobre cada um desses temas foi distribuído aos presentes.

Após esse evento, que atraiu 190 participantes, o tema se transformou no assunto focal da Câmara Setorial de Desenvolvimento Sustentável do Fórum e desde então temos debatido mensalmente os desafios, desdobramentos, avanços, e iniciativas que possam servir como base para a ação. Virou nossa obsessão secreta, e comum, e tem sido muito interessante o fato de que, à medida que vamos caminhando, mais importante se torna esse espaço porque nele podemos trocar experiências, sair da caixa.

Muito se fala da lógica do menor preço instituída pela Lei nº 8.666/1993, também conhecida como Lei de Licitações e Contratos (LLC). E que essa lei seria um impeditivo para o avanço das compras públicas sustentáveis. Mas pelo que temos acompanhado nos debates travados na Câmara Setorial de Desenvolvimento Sustentável há outros entraves primordiais para entendermos e enfrentarmos esse tema. Não são aspectos de ordem jurídica, embora existam. São aspectos culturais e comportamentais que, à proporção que os reconhecemos, podem nos ajudar a avançar com maior velocidade.

## ARTICULAÇÃO

Esse é um ponto que nossa Câmara Setorial de Desenvolvimento Sustentável resolveu to-

mar como primordial para o avanço do tema. Quanto mais troca de ideias e boas práticas, mais velocidade podemos imprimir à utilização do poder de compra do Estado para estimular a sustentabilidade nos governos, empresas e negócios. À medida que avançam os debates sobre o assunto, fica claro que os desafios são os mesmos para os setores público e privado. Ambos os setores estão buscando formas de implementar ações que deem mais sustentabilidade aos seus processos. E por mais que as velocidades pareçam diferentes, há um fator primordial para que as instituições e empresas absorvam novas práticas e é o item que enumeramos na sequência que torna esses desafios tão comuns.

## CULTURA

Nós, brasileiros, fomos instados por muito tempo a acreditar que vivemos no paraíso, e que aqui seria a terra da abundância. Quem nunca ouviu que temos a maior reserva de água doce do planeta, que nossa matriz energética é limpa? Isso nos dá certa calma quando olhamos os vizinhos, e faz parecer que podemos deixar para depois de amanhã algumas das ações de mitigação de problemas ambientais.

No entanto, somos, apesar dos avanços, extremamente desiguais. E essa desigualdade se reflete no acesso à água, saneamento básico, educação, transporte de qualidade, tratamento dos resíduos sólidos. Reflete-se ainda no desafio diário de reduzir essas disparidades no nosso país. Não é que não tenhamos de fato vantagens comparativas se olharmos países da Europa ou da Ásia, por exemplo, mas o aquecimento global, como o próprio nome diz, não escolhe territórios.

Estamos vivendo a era da escassez. No mundo. E em vez de aproveitarmos nossas reservas para fazer uma passagem mais tranquila para

essa era, escolhemos o caminho mais árduo, que é o de adiarmos as decisões mais difíceis. Não é comum ouvirmos e, às vezes, até falarmos: "Ah, de que adianta eu fazer, se o meu vizinho não faz?"

O desafio da resiliência passa pela mudança em nossa cultura, por pensar a médio e longo prazos e, principalmente, não adiar mais iniciativas que isoladas parecem pequenas, mas se unidas tomam uma escala enorme e contribuem para o enfrentamento de problemas que não escolhem ricos ou pobres.

Temos o exemplo recente do desastre ambiental da Região Serrana e das chuvas na Baixada Fluminense, mas antes desses quantos outros eventos já ocorreram? E quantos vão precisar ocorrer para entendermos que a mudança de atitude é o primeiro passo que temos que adotar como Humanidade? Se nos conscientizarmos de que decisões difíceis devem ser tomadas não apenas nas crises, isso vai se refletir nas instituições.





## CICLO DE VIDA DOS PRODUTOS

Um dos desafios com que nos deparamos nessa jornada em direção à sustentabilidade é que, tanto às empresas quanto ao setor público, faltam dados para subsidiar ações mais sustentáveis. Na nossa jornada, o Fórum tem buscado sublinhar a importância de entendermos e aprofundarmos o conceito de Análise do Ciclo de Vida dos Produtos e adotarmos essa prática.

O ciclo de vida de um produto é o conjunto de etapas necessárias para que o produto cumpra sua função. Agrega os custos, o impacto ambiental e o caminho percorrido desde a extração da matéria-prima necessária para a produção final, a distribuição, o uso do produto e, por fim, o descarte no meio ambiente. A avaliação do ciclo de vida (ACV) é uma tendência mundial e já se encontra bem avançada em países como França, Holanda e Alemanha.

Empresa com atuação no setor químico e petroquímico, a Braskem, junto com outras oito grandes empresas brasileiras, criou em 2012 a Rede Empresarial Brasileira de Avaliação de Ciclo de Vida. Em 14 de fevereiro de 2014, recebemos em nossa reunião mensal um representante da Braskem para falar sobre os desafios que eles vêm enfrentando na área. É uma tendência mundial que a avaliação de ciclo de vida faça parte da cultura das empresas, otimizando o uso de recursos, e que se transforme em critério de opção na hora

de aquisição dos produtos. Quem não se adequar, pode perder competitividade no mercado.

A Rede Empresarial Brasileira de Avaliação de Ciclo de Vida formou cinco grupos de trabalho para tratar de acreditação de profissionais de ACV, capacitação de empresas em Gestão do Ciclo de Vida (GCV), comunicação, Banco de Dados Brasileiro e rotulagem. Os representantes da rede querem formar um banco de dados nacional de referência sobre o tema, não apenas para que as empresas possam optar pelo método de produção mais econômico e sustentável, como para informar o consumidor sobre o impacto da produção para o meio ambiente. Enquanto isso não se concretiza pela dificuldade de reunir as informações por setor, eles afirmam que é possível adaptar bancos de dados internacionais à realidade brasileira e avançar com o tema, mas a articulação para que isso ocorra é fundamental. Se não criarmos o senso comum de que esse assunto é primordial e se não formarmos uma massa crítica de especialistas na área, dificilmente evoluiremos na velocidade necessária e nos anteciparemos para tornar as empresas que estão sediadas no país competitivas dentro desse cenário.

## INFORMAÇÃO

Já há uma série de dispositivos legais que viabilizam as compras sustentáveis federais. Esses dispositivos têm servido como base para a ação

da GesRio, um grupo de gestores públicos de órgãos federais sediados no Estado do Rio que vem realizando anualmente compras compartilhadas de itens sustentáveis. No âmbito estadual, o Decreto nº 43.629/2012 dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras pela administração estadual direta e indireta. Existem também diversos estudos e manuais que enfrentam a questão. E que podem servir de base para a reflexão e a ação dos órgãos de controle no sentido de contribuir para a disseminação dos conceitos e boas práticas.

### CAPACITAÇÃO

Para que tudo o que foi pensado pela legislação se torne prática é necessário capacitar os responsáveis pelas compras nos órgãos públicos. Em março de 2014, participei de um evento organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre Compras Governamentais, em Brasília, e na nota técnica encaminhada ao Senado sobre a revisão da Lei nº 8.666/1993, os autores sublinharam a importância de se criar uma carreira e profissionalizar esse setor dentro dos órgãos públicos. O que eles ressaltaram no encontro é que a Lei de Licitações e Contratos surgiu com o propósito de combater a corrupção. E que nesse ponto ela possui mecanismos importantíssimos para identificar e punir esses atos. Mas essa legislação tem um limite: vai até a entrega do item comprado. Já há um entendimento, passados todos esses anos, de que é preciso ir além. Gasta-se muito mais comprando errado do que desviando recursos. A LLC não impede que se adquira produtos de maior qualidade, mas para isso eles precisam estar bem identificados e descritos nos termos de referência. Por isso é tão importante a capacitação dos responsáveis pelas compras.

### PADRÃO

Existem diversas publicações e manuais sobre compras públicas e sustentabilidade. No entanto, a realidade nos órgãos públicos, olhando de fora ou olhando para dentro, é que cada gestor e cada fiscal de contrato "faz de um jeito" o seu trabalho. Dessa forma, a criação de um conjunto de documentos orientadores, que padronizem o entendimento sobre a norma e sedimentem boas práticas, torna-se essencial. E quanto mais esse trabalho puder ser compartilhado, mais rico será o resultado final. Afinal de contas, se os desafios são semelhantes, as soluções também são e podem servir como base e modelo para o aperfeiçoamento da rotina nas instituições públicas.

### CERTIFICAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS

Para cada item que precisa ser comprado há no mercado uma série de certificações e normas técnicas que, se conhecidas, podem orientar os gestores para a elaboração de um bom termo de referência. Mas é preciso pesquisar, pois, infelizmente, ainda não há um banco de dados que centralize essas informações, o que reforça a importância de trabalhar em rede. Sustentabilidade é reconhecer que o outro, que está ao nosso lado, ou desempenha papéis semelhantes aos nossos em outros órgãos públicos, pode deter uma informação fundamental. Para descobrir isso é necessário compartilhar problemas e soluções. É em ambientes em que as ideias circulam que são geradas as inovações.

Por fim, e reunindo todos os desafios anteriores, o mais importante para que possamos dar esse passo em direção a um compromisso com a sustentabilidade é adotarmos individualmente uma atitude mais sustentável e coerente. São gestos simples, como deixar de usar copos descartáveis no trabalho em nosso dia a dia,

racionalizar o uso do papel, separar o lixo seco do molhado, reutilizar embalagens quando isso é possível, reaproveitar.

Existe um poder imenso na atitude: ela é contagiosa. Por isso é tão importante a criação e a gestão de programas socioambientais nas instituições. Eles permitem que possamos aliar a prática ao que se fala, até que isso se transforme em hábito e passe a ser tão natural que pareça ter estado sempre ali. Para concluir, cito o professor Paulo Freire, que em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (1996, p. 26), afirma:

As qualidades ou virtudes são construídas por nós no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos. Este esforço, o de diminuir a distância entre o discurso e a prática, é já uma dessas virtudes indispensáveis - a da coerência.

É esse o nosso desafio comum. Sempre.



## REFERÊNCIAS

BETIOL, Luciana Stocco et al. **Compra sustentável: A força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva.** São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1041wiu>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BIDERMAN, Rachel; MACEDO, Laura Silvia Valente de; MONZONI, Mario; MAZON, Rubens (Orgs.). **Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/1041irz>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010.** Disponível em: <<http://bit.ly/1041KGo>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Compras governamentais.** Portal de compras do Governo Federal. Disponível em: <<http://bit.ly/10AGqXY>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Contratações públicas sustentáveis.** Disponível em: <<http://bit.ly/13z6PuB>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012.** Disponível em: <<http://bit.ly/16BWJMu>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Visão Brasil 2050: a nova agenda para as empresas.** 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1BGd93f>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

COSTA, Carlos Eduardo Lustosa da. **As licitações sustentáveis na ótica do controle externo.** Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2435919.PDF>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEMOS, Haroldo Mattos de; BARROS, Ricardo Luiz Peixoto de. **Gestão do ciclo de vida dos produtos e rotulagem ambiental: guia de negócios para as micro e pequenas empresas brasileiras.** Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/1m8CHCg>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 43.629, de 05 de junho de 2002.** Disponível em: <<http://bit.ly/10SsluR>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado do Ambiente. **Ambiente. Relatório de ações da Superintendência de Economia Verde da Secretaria Estadual do Ambiente, contendo instrumentos legais.** Disponível em: <<http://bit.ly/14ss00i>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado do Ambiente; GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE. **Teoria e práticas em construções**

**sustentáveis no Brasil:** subsídios à implementação de gestão e insumos para construção e compras públicas sustentáveis no Estado do Rio de Janeiro - Projeto CCPS. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/10u2Td8>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. **Ato Normativo nº 04/2013.** Disponível em <<http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

SANTOS, Rejane Maria Tavares. **Compras públicas sustentáveis:** a utilização do poder de compra do Estado no fomento de produtos ecologicamente corretos na Fiocruz. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/10ZMhG8>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Vision 2050:** the new agenda for business. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/GHYTvw>>. Acesso em: 11 nov. 2014.